

O Legislativo e os ataques indiscriminados

O jornal, edição de 25 de abril, em sua página 7^a, estampa matéria intitulada **O preço da liberdade**, da lavra do jornalista Walter Gomes, e que merece nosso aplauso. Para que conste dos Anais desta Casa vou transcrevê-la neste pronunciamento reservado às breves comunicações:

“É preocupante a campanha de descrédito desencadeada contra o Poder Legislativo.

Há, até, jornalistas de importantes veículos de comunicação que incentivam esse tipo de trabalho, coordenado não se sabe bem por quem.

Nesse momento de dificuldades graves da vida brasileira, com destaque à crise econômico-financeira e social, mais do que nunca, a instituição parlamentar, viga de sustentação das instituições democráticas, precisa ser preservada da intriga e da galhofa. Preservá-la não é suficiente. Precisa ser respeitada pela sociedade, que representante. Os deputados e senadores são resultados da escolha livre e soberana da cidadania. O parlamento é feito à sua imagem e à sua semelhança.

O Congresso Nacional, tantas vezes acusado de perdulário, é bom que se lembre, recebe, para seus custos, apenas algo em torno de um por cento do total geral do Orçamento da União. Como é barato mantê-lo, examinada a sua responsabilidade como guardião da democracia”.

Neste sucinto editorial está contido o conceito sério sobre o que representa o Poder Legislativo numa república democrática. É evidente que os atos tanto do Executivo como do Legislativo são suscetíveis de críticas. Mas, quando estas assumem um caráter de radical campanha, perseverantemente movida contra a instituição e seus membros, somos levados a acreditar que intenções menores estão por trás de tudo.

Outra publicação, do mesmo jornal, a 26 de abril do corrente, revala os recursos efetivamente transferidos para o Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados). Eles representam o insignificante percentual de 0,26 no Orçamento da União para este ano — 0,14 por cento para a Câmara dos Deputados e 0,12 por cento — para o Senado Federal. Bem menos que os 2,44 por cento destinados exclusivamente para atender os gastos da Presidência da República ou os 0,27 por cento previstos para as chamadas “reservas de contingência”...